



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

2020.0000885667

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0001697-92.2012.8.26.0242, da Comarca de Igarapava, em que são apelantes MIGUEL ASSIS DE OLIVEIRA e CLAUDIANA PEREIRA DE SA, são apelados DONIZETE TAVARES PERES, PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A, CLAUDEMIRA LAURENTINA MENDONÇA e S/A HENRIQUE VASCONCELOS PEREIRA TRANSPORTES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto da relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) e CESAR LUIZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 28 de outubro de 2020.

BERENICE MARCONDES CESAR

Relatora

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Apelação Cível nº 0001697-92.2012.8.26.0242

**Apelantes/Autores: MIGUEL DE ASSIS DE OLIVEIRA e
CLAUDIAN PEREIRA DE SÁ**

**Apelados/Réus: DONIZETE TAVARES PERES,
CLAUDEMIRA LAURENTINA
MENDONÇA, USINA PEDRA
AGROINDUSTRIAL S/A, S/A
VASCONCELOS PEREIRA
TRANSPORTES**

MM. Juiz de Direito: Leonardo Breda

Comarca de Igarapava

Voto nº 33775

ACIDENTE DE VEÍCULO. REPARAÇÃO DE DANOS. Comprovação da responsabilidade civil tanto objetiva como subjetiva. Inexistência. Diante da dinâmica do acidente e do acervo probatório, verifica-se a culpa exclusiva da vítima na ocorrência do evento danoso. Travessia da pista de maneira súbita sem a possibilidade de tomada de medidas de direção defensiva pelo condutor do ônibus. RECURSO DOS AUTORES NÃO PROVIDO.

Trata-se de “ação ordinária” ajuizada por MIGUEL DE ASSIS DE OLIVEIRA e CLAUDIAN PEREIRA DE SÁ contra DONIZETE TAVARES PERES, CLAUDEMIRA LAURENTINA MENDONÇA, USINA PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A, VASCONCELOS PEREIRA TRANSPORTES, julgada improcedente pela r. sentença (fls. 426/436), sob o argumento de que ausentes os pressupostos da responsabilidade civil subjetiva do motorista do ônibus. Em razão da sucumbência, condenou os Autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, observada a

gratuidade concedida.

Inconformados, os Autores interpuseram o presente recurso de apelação (fls. 441/450), desafiando as contrarrazões dos Réus (e-fls. 454/463, 466/470 e 471/474).

É o relatório.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra r. sentença que julgou improcedente o pedido inicial da ação de indenização por danos materiais e morais em razão de acidente de automóvel ajuizada contra condutor, possuidor e proprietário de ônibus particular que teria causado o evento danoso, levando a óbito a filha menor filha dos Autores.

Pretendem os Autores a reforma da r. sentença sob o argumento preliminar de cerceamento de defesa e no mérito de que restou demonstrada a falta de atenção e imprudência do condutor do veículo. E, em razão de a preliminar se confundir com o mérito, será analisada juntamente com este.

Verifica-se que a ação foi ajuizada contra a empresa de transporte (-pessoa jurídica-) mais as pessoas físicas proprietária e possuidora além motorista do ônibus. A responsabilidade civil é extracontratual, mas a da pessoa jurídica prestadora de serviço público (transportadora) a responsabilidade é objetiva diante do art. 37, § 6º da Constituição, na modalidade de risco administrativo, e só pode ser afastada por caso fortuito ou força, ou ainda por culpa exclusiva da vítima ou fato de terceiros. A responsabilidade do motorista é subjetiva, e exige da prova da conduta ilícita, do dano e do nexo de causalidade entre ambos.

O acidente de trânsito e os danos dele decorrentes (-atropelamento e morte da vítima, uma criança-) são fatos incontroversos, restando como ponto controvertido a culpa do Corréu Donizete, motorista do coletivo, na ocorrência do acidente.

Nestes termos, impende verificar as conclusões emanadas do laudo do Instituto de Criminalística realizado logo após o acidente (fls. 68/73):

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

“(…) trafegava o veículo Ônibus de placa BWI-8187, pela Rua supramencionada, no sentido Bairro/Centro, quando ao atingir o local objeto de exame pericial, veio por a vítima que se encontrava por sobre o leito carroçável, com parte de impacto não apurada tecnicamente, consignando os vestígios observados nesse veículo, estar na rodagem fixa no terço posterior esquerdo. Após o impacto o ônibus veio por ser parado pelo condutor (…”. (fl. 70)

Observa-se que a conclusão do representante do Ministério Público quanto ao inquérito policial instaurado contra o Corrêu Donizete foi pelo arquivamento por inexistência de culpa do Corrêu, na ocorrência do acidente (fls. 83/85). O inquérito foi arquivado (fl. 86).

. Veja-se, nesse sentido, trecho da manifestação do r. Promotor de Justiça:

“Ainda que provada a materialidade do delito, através do exame de corpo de delito de fls. 31/32, bem como a autoria, uma vez que o acusado Donizete conduzia o veículo que veio a colidir com a criança, a ausência de culpabilidade é obstáculo para continuação da persecução penal.

Como pode ser observado através de todos os relatos, a vítima, ainda criança, ao ver sua avó do outro lado da rua, rapidamente, desvencilhou-se de seus pais e foi ao encontro da mesma, sem observar ou tomar as cautelas necessárias para atravessasse a rua.

Também analisando os relatos, constata-se que o acusado trafegada em uma velocidade baixa, compatível com a via, confirmado pelo próprio laudo pericial de fls. 33/39, que aferiu uma velocidade média final de 18 km/h.

Dessa forma, embora em baixa velocidade e alarmado pelos gritos dos familiares, o motorista, ainda mesmo tentado frear e desviar da vítima, não conseguiu evitar o choque e ocasionou a morte da criança.”.

A prova pericial indireta realizada em Juízo, por sua vez, tão somente corroborou os elementos de prova produzidos por ocasião do acidente, inexistindo motivo para que seja refeita ou complementada.

Nota-se que ficou patente que o atropelamento ocorreu por culpa exclusiva da vítima (-menor-), o que exclui a responsabilidade civil objetiva da Corrê VASCONCELOS PEREIRA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

TRANSPORTES e dos demais Corrêus, e a responsabilidade civil subjetiva do Corrêu Donizete.

A r. sentença deve ser mantida e o recurso não prospera. Considerando o disposto no **§11**, do art. **85** do CPC/2015, os honorários advocatícios sucumbenciais devidos em favor do patrono dos Réus devem ser majorados para o importe de 12% sobre o valor da causa.

Ante o exposto, **CONHEÇO** e **NEGO PROVIMENTO** ao recurso interposto pelos Autores, sendo ***majorados** os honorários advocatícios sucumbenciais dos procuradores dos Réus para o importe de 12% sobre o valor da causa, observada a gratuidade concedida aos Autores.* No mais, fica mantida a r. decisão hostilizada.

Berenice Marcondes Cesar
Relatora